

ATRAVESSANDO O FOGO ACADÊMICO: OBJETIFICAÇÃO EM PESQUISA, TRANSVERSALIDADES DESAFIADORAS E A IMPRATICÁVEL “DESCOLONIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES”

Crossing the Academic Fire: Objectification in Research, Challenging Transversalities, and the Impracticable “Decolonization Of Universities”

Luciano Rodrigues Castro
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O presente ensaio, escrito a partir das experiências de pesquisa em doutoramento do autor, visa apresentar argumentos contra-hegemônicos relativos à conversão de processos humanos de interação e fabricação de sentido em “objetos de pesquisa”. Partindo de experiências interacionais transversais que conclamaram uma postura contra-disciplinar e relacional para os encontros, o autor argumenta que, através de recursos como a escrita monográfica exigida pela universidade, a linearidade do pensamento imposta pela academia mantém-se em vigor e, em última análise, a descolonização via universidades, nos moldes atuais, se revela impraticável, pois a instituição reinventa constantemente formas de objetificação, violência epistêmica e extração.

Palavras-chave: Colonialidade do saber; Descolonização; Saberes Antirracistas.

ABSTRACT

This essay, grounded on the author's doctoral research experiences, aims to present counter-hegemonic arguments regarding the conversion of human processes of interaction and meaning-making into 'research objects'. Drawing from transversal interactional experiences that called for a counter-disciplinary and relational stance toward encounters, the author argues that, through resources such as the monographic writing required by the university, the linearity of thought imposed by academia remains in force. Ultimately, decolonization via universities, in its current forms, proves to be impracticable, as the institution constantly reinvents forms of objectification, epistemic violence and extraction.

Keywords: Coloniality of knowledge; Decolonization; Anti-racist knowledges.

INTRODUÇÃO

No presente ensaio, nos dedicamos a destrinchar contra-hegemonicamente o conjunto de práticas acadêmicas evocadas pelo significante "objeto de pesquisa". Argumentamos que tais conjuntos de práticas - que se estendem desde a forma como escolhemos empregar objetos na pesquisa (gravadores, questionários, etc.) até a maneira como inscrevemos nossas/nossas interlocutoras/interlocutores nos textos acadêmicos - não são um dado neutro da investigação, mas um conjunto de opções que revelam os encaminhamentos políticos por meio dos quais procuramos inserir nossas pesquisas no mundo. Tais práticas hegemônicas, argumentamos, visam recortar e apartar uma porção do mundo de quem o pesquisa, servindo como peça central para o funcionamento do maquinário da colonialidade e do capital nas universidades globais.

Se, historicamente, o processo de objetificação é uma faceta persistente da produção de conhecimento ocidental, ela tem sido tensionada, em décadas recentes, pela emergência extra-acadêmica de movimentos que produzem saberes por outras perspectivas, outros regimes enunciativos e com outros propósitos políticos. No caso específico do Brasil, isto tem significado um redimensionamento das características universitárias a partir das alterações trazidas pela política de cotas. Escrevendo como alguém que se formou, desde a graduação, nesta contingência, escrevo sobre um processo por meio das quais

as quase brancas universidades, pretensamente universais e de acesso garantido a todos, tornaram-se coloridas pelo menos nos cursos de graduação, algo que começa a se refletir entre os discentes de pós-graduação, porém com resultados ainda pouco visíveis na composição racial do corpo docente (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p.18).

Neste contexto, importa "(...) enfatizar a centralidade da instituição universitária nas lutas antirracistas e descolonizadoras (...)" (Carvalho, 2018, p.81). Elas têm, no Brasil, sido palcos para a disputa pelo ato violento da nomeação euroentrada, colocando-a em questão e transformando em problema a divisão estrita entre espírito e mundo proposta pela modernidade/colonialidade (Mignolo, 2008). Se a ciência clássica transformou realidades múltiplas em itens calculáveis e definidos, buscando recortar e apartar porções do mundo de quem os pesquisa, isto tem sido apontado, cada vez mais, como uma peça central para o funcionamento do maquinário da colonialidade e do capital nas universidades globais. Seguindo Nelson Maldonado-Torres, defendemos que

No esforço de obter esclarecimento sobre o significado e a importância do colonialismo e da descolonização, é útil distinguir colonialismo, colonialismo moderno e colonialidade. Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a "descoberta"; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na

ausência de colônias formais (...). Um dos resultados desta tese é que, ao contrário do padrão e do conceito histórico ou puramente empírico do colonialismo, colonialidade é uma lógica que está embutida na modernidade, e decolonialidade é uma luta que busca alcançar não uma diferente modernidade, mas alguma coisa maior do que a modernidade. Isso não significa que um número de ideias e práticas que usualmente consideramos “modernas” não fará parte dessa outra ordem mundial, bem como não significa que o que chamamos de modernidade eliminou tudo o que a própria modernidade no seu discurso autorreferido concebeu como diferente dela, como a filosofia antiga e uma variedade de ideias medievais. A diferença é que, enquanto a modernidade ocidental atingiu uma identidade ao inventar uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidade que a fez parecer como o espaço privilegiado da civilização em oposição a outros tempos e espaços, a busca por uma outra ordem mundial é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente (Maldonado-Torres, 2018, pp. 35-36).

Para além de uma questão metodológica, as práticas de objetificação imbuídas na colonialidade estão fortemente ligadas a um de seus principais aspectos, aqueles dos consentimentos ou insurgências. Se Raymond Williams, em sua leitura brilhante de Gramsci, nos chamou atenção ao caráter dinâmico de toda hegemonia/contra-hegemonia, as quais são “(...) sempre um processo (...) [que] não pode nunca ser singular. (...) Além do mais (...), não existe apenas passivamente como forma de dominação (...). Também sofre uma resistência continuada, (...) que não são as suas próprias pressões” (Williams, 2011, p.115), precisamos buscar, em termos pós/decoloniais, aquelas dinâmicas por meio das quais (especialmente após as descolonizações), as práticas de saber hegemônicas da colonialidade reinventam as hierarquizações coloniais, já que “visões de mundo não podem ser sustentadas apenas pela virtude do poder. Várias formas de acordo e consentimento precisam ser partes delas. (...) Colonialidade, por isso, inclui a colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser (...)” (Maldonado-Torres, 2018, p.42).

A conversão acadêmica de experiências, subjetividades e trajetórias de vida em objetos de pesquisa é uma das estratégias mais perversas deste processo. Conforme Nelson Maldonado-Torres, é relevante destacar:

(...) a linearidade da temporalidade que integra a lógica das ciências europeias: historicismo, empiricismo e positivismo. Essas correntes do pensamento tendem a abordar o conhecimento como uma soma de dados que são observados, quantificados e analisados. Os dados têm sido o modo predominante de se referir aos potenciais objetos de conhecimento, como se eles aparecessem em um campo de temporalidade linear, que torna extremamente difícil explorar fenômenos que refletem ou são encontrados na intersecção de temporalidades. Desse ponto de vista,

colonização e descolonização são a soma do visível e/ou dos eventos quantificáveis que aparecem dentro de um certo período de tempo, ambas fundamentalmente pertencentes a um momento do passado. A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente (Maldonado-Torres, 2018, p.29)

Neste sentido, a objetificação em contextos de pesquisa carrega uma política profunda que impacta a agência dos sujeitos subalternizados. Ao tratar seres humanos como “objetos” ou “empíria”, a academia frequentemente os define e interpreta à medida que busca fabricar, deliberadamente, um apartamento dos mesmos, simplificando seus contextos, ignorando suas idiossincrasias e, sobretudo, escamoteando os processos por meio dos quais este apartamento é ficcionalmente produzido. Neste processo de hiper-simplificação de experiências transversais, sujeitos subalternizados e suas práticas insurgentes são tornados legíveis por gramáticas acadêmicas esquemáticas e previamente estruturadas dentro das quais vivências subalternizadas são forçadas a caber.

Nesta perspectiva, o presente ensaio propõe o tensionamento radical do significante “objeto de pesquisa” (aos quais, por vezes, o repertório universitário alude por outros nomes: fatos, empíria, etc.), interpelando suas genealogias e suas práticas à luz das experiências de pesquisa de doutoramento do autor, que buscou alinhar-se à descolonização dos saberes universitários em sua pesquisa. Fazê-lo, como será argumentado, requereu não apenas a denúncia da ficção dos objetos – ainda pervasiva, academicamente –, mas também a abertura às dinâmicas de opacidade e elusividade das situações de pesquisa em que se encontrou. O argumento do ensaio, em última análise, é que a busca pela descolonização da universidade redundou em insucesso, já que os próprios processos de violência epistêmica estão em constante reinvenção, inclusive a partir da cooptação de algumas demandas das insurgências epistêmicas subalternas. Neste sentido, argumento que o texto científico é, na contemporaneidade, uma das formas de legitimação da hegemonia do capital neoliberal e da colonialidade: é por meio dele que reencena-se, via autorização acadêmica, o processo da extração, através da figuração fragmentada entre sujeito que escreve e objeto sobre o qual se escreve.

Na primeira seção do ensaio, apresento uma breve genealogia do conceito moderno de objeto de conhecimento. Longe de um exercício exaustivo, tal genealogia nos conclama a pensar as permanências em meio às divergências, bem como levanta pontos a partir dos quais é possível ensaiar a crítica a tais práticas. Ela é feita, como todo conhecimento, de forma provinciana: é a partir de minha localização no Brasil que elejo fontes com as quais estabelecer interlocução. Minhas reflexões, defendo, são válidas neste contexto, embora possam conter significância para experiências em outros espaços político-nacionais.

Na segunda seção, escrita a partir de minhas experiências como pesquisador de doutoramento, procuro apresentar as dinâmicas dos encontros e desencontros que emergiram reiteradamente em meus encontros com experiências subalternas. Abraçando tais processos, ao invés de

rechaçá-los e retalhá-los por meio de práticas objetificantes, caminhei na direção de uma série de insights que ali exponho. A citada pesquisa de doutorado, como descrevi alhures, buscou

(...) dimensionar o ativismo digital do Movimento Mães de Manguinhos como exercício de *worlding*, procurando dar sentido a este ativismo comunicativo através dos processos cotidianos e discursivos por meio dos quais disputa-se a legitimidade das práticas de securitização do cotidiano de favelas do Rio de Janeiro, como aqueles trazidos à vida durante a realização de Mega-Eventos na década de 2010. Partindo da concepção de que a política global é cerzida tanto no cotidiano como nos espaços oficiais (Agathangelou; Ling, 2009), a opção pela etnografia digital mostrou-se uma estratégia para entender os pontos de entrecruzamento entre vivências off-line e suas tradução para plataformas digitais (...). Igualmente, buscou atender a um tradicional requisito do Movimento: aquele que demandava pesquisadores presentes e aliados ao Movimento, capazes de interagir de forma não extrativa.

Após as reflexões esboçadas na segunda seção e que tomam tais práticas de pesquisa como referência, escrevo a terceira seção, narrando meu encontro violento com a escrita acadêmica, a partir das novas sensibilidades despertadas pelas transversalidades insurgentes com as quais me engajei. Deste encontro, como exponho, e das (im)possibilidades que dali emergiram, argumento pela inalcançável possibilidade de descolonização do saber *via universidades*, uma vez que as mesmas permanecem reinventando-se como instrumentos do capital, do cis-heteropatriarcado e da colonialidade.

O que é um objeto?

Há certos tipos de arranjos de pesquisa que, por sua própria difusão global em instituições acadêmicas, podem sugerir que tal difusão ampla dê-se pelo sucesso de seu projeto. Este é, acredito, o caso da tecnologia de saber-poder (Foucault, 2017) conhecida como “objeto de pesquisa”, resultante de um conjunto de práticas que somos instados a adotar desde a confecção de um projeto para recortar, num pretenso mundo apartado de quem o pesquisa, aquela “porção” que gostaríamos de estudar.

Em primeiro lugar, devo dizer que concordo com a perspectiva de que o “objeto de pesquisa” seja um procedimento bem sucedido por meio do qual o conhecimento venha sendo produzido. Isto, afirmo, quer dizer tão somente que o “objeto de pesquisa” é uma tecnologia de saber-poder inscrita em práticas hegemônicas¹ de produção de conhecimento e, como tal, tem sido central para que as universidades, em escala global, sejam capazes de azeitar o maquinário da colonialidade e do capital.

¹De forma geral, me inscrevo na linhagem de autores que utilizam Foucault em aliança com Gramsci, o que me leva a falar de “saber-poder” e “hegemonia” em uma mesma sentença. De maneira geral, filio-me às reflexões de Norman Fairclough sobre tais possibilidades. Ver: Fairclough, Norman. *Language and Power*. New York: Longman, 1989.

Este sucesso, acredito, se vê traduzido na maneira por meio da qual fala-se sobre “objetos de pesquisa” em conceituados manuais de escrita científica/metodologia de pesquisa, atualmente. Conforme elaboramos no quadro abaixo, a partir de manuais renomados e populares no Brasil:

Quadro 01 – Percepções manualísticas acerca de objetos científicos.

Autoras/autores	Livro	Citação
Marina de Andrade Marconi; Eva Maria Lakatos.	Metodologia científica.	“Os conceitos mais comuns de ciência, mas, a nosso ver, incompletos, são os seguintes: ■ Acumulação de conhecimentos sistemáticos. ■ Atividade que se propõe demonstrar a verdade dos fatos experimentais e suas aplicações práticas. ■ Forma de conhecimento que se caracteriza pelo conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível. ■ Conhecimento do real pelas suas causas. ■ Conhecimento sistemático dos fenômenos da natureza e das leis que a regem, obtido pela investigação, pelo raciocínio e pela experimentação intensiva. ■ Conjunto de enunciados lógica e dedutivamente justificados por outros enunciados. ■ Conjunto orgânico de conclusões certas e gerais, metodicamente demonstradas e relacionadas com um objeto determinado. ■ Corpo de conhecimentos que consiste em percepções,

		experiências, fatos certos e seguros. ■ Estudo de problemas solúveis, mediante método científico. ■ Forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo” (Marconi; Lakatos, 2017, p.220).
Antônio Carlos Gil	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.	É preciso admitir que o princípio da objetividade, tão caro ao Positivismo, aplica-se precariamente às ciências sociais. Não há como conceber uma investigação que estabeleça uma separação regida entre o sujeito e o objeto. Os resultados obtidos nas pesquisas não são indiferentes nem à forma de sua obtenção nem à maneira como o pesquisador vê o objeto. Por essa razão é que nas ciências sociais a discussão acerca da relação sujeito-objeto é relevante (Gil, 2008, p.5).
Gilson Volpato	Guia prático para redação científica: publique em revistas internacionais.	No discurso científico, o conhecimento necessita de base sólida, vinda de elementos do mundo natural. Essas bases entram no mundo do cientista por meio de suas vias perceptivas, interagindo com seus conceitos e preconceitos. Portanto, elas não determinam as conclusões do cientista, mas são o ponto de início para que ele as construa (Volpato, 2015, p.30).

João Bosco Medeiros	Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.	A introdução explica minuciosamente como a pesquisa foi realizada, discorrendo sobre objeto e delimitação do assunto tratado, natureza do problema que serviu de base para justificar a obra e sobre as hipóteses e variáveis (se se tratar de uma tese de doutorado). Ressalta-se a importância da pesquisa realizada, o objeto investigado, o objetivo da investigação, e a justificativa de sua escolha e aplicação (Medeiros, 2008, p. 219).
---------------------	--	--

Fonte: elaboração própria, a partir de Marconi; Lakatos, (2017), Gil (2008), Volpato (2015), Medeiros (2018).

Como é possível observar, fala-se de passagem acerca dos “objetos de pesquisa”. Eles são mencionados como algo que busca-se, obsessivamente, apartar-se daquele que conhece. Em alguns casos, como em Marconi e Lakatos, esta possibilidade parece ser encarada como mais plausível; em outras, como em Gil ou Volpato, há maior precaução. Em todas, contudo, reconhece-se a *diferença* entre quem conhece e o que é conhecido, ainda que a distinção entre ambos possa não ser plena. Aquilo que está “no mundo”, “lá fora”, às vezes é elaborado de passagem, mas o processo de sua produção discursiva e possibilidade de existência enquanto tal não requer formulação.

Esse não é um processo novo. Se seguimos os próprios clássicos que os citados manuais tomam como referência, é possível perceber que, de Francisco de Vitória a Claude Levi-Strauss, o processo de objetificação é uma faceta central da produção de conhecimento. Quando o primeiro falava de uma multiplicidade de realidades utilizando a Bíblia como fonte de legitimação, estava não apenas objetificando pelo ato violento da nomeação cristã e eurocentrada (já que, como lembra Spurr, “O próprio processo pelo qual uma cultura subordina outra começa no ato de nomear e deixar inominado, de marcar em um território desconhecido as linhas de divisão e uniformidade, de fronteira e continuidade” (Spurr, 1993, p.12)), mas abrindo caminho para os processos de extração que tal objetificação viabilizava. Segundo Francisco de Vitória:

Portanto, se o ouro no campo, as pérolas do mar ou seja o que houver nos rios não foi objeto de apropriação [non est appropriatum], por direito das gentes será do ocupante, do mesmo modo que os peixes no mar. (...) Se, com efeito, depois dos primeiros tempos da criação do mundo ou de sua

reparação após o dilúvio, a maior parte dos homens decidiu que os legados seriam por toda parte invioláveis, que o mar seria comum, que os capturados na guerra seriam escravos e que seria conveniente que os hóspedes não fossem expulsos, certamente isso deveria ter força, mesmo com a oposição de outros (Vitória, 2016, p.136).

Este processo não morre com Francisco de Vitória, mas se estende por todas as encarnações dos saberes – especialmente os universitários –, que passam pelas objetificações filosóficas, científicas etc. René Descartes, na aurora da segunda modernidade, a partir de sua divisão estrita entre mundo e espírito, nos alertava que “(...) repassando meu espírito sobre todos os objetos que alguma vez se ofereceram aos meus sentidos, atrevo-me a dizer que não observei nenhum que eu não pudesse explicar muito comodamente por meio dos princípios que encontrara” (Descartes, 2001, p. 78). Francis Bacon, optando pela via oposta da empiria, procurava direcionar a investigação “(...) às naturezas simples tanto mais se aplainam e se tornam perspicazes as coisas, passando o objeto do múltiplo ao simples, do incomensurável ao comensurável, do insensível ao calculável, do infinito e vago ao definido e certo (...)” (Bacon, 1997, p. 195).

Do século XVIII ao XX, a objetificação persistiu nas múltiplas encarnações da teorização acerca dos saberes. Em Kant, primeira fissura na oposição estrita entre metafísica racionalista e empirismo, falava-se sobre a produção de conhecimentos nos momentos em que a razão aprenderia “(...) a conhecer completamente o seu próprio poder para com os objetos que lhe possam ocorrer na experiência, [e] deverá tornar-se fácil determinar inteira e seguramente o âmbito e os limites do seu tentado uso acima de todos os limites da experiência” (Kant, 1974, p.96). Em Hegel, afirma-se que “(...) o que é em si deve tornar-se objeto para o homem, vir à consciência, e assim devém para o homem. O que se tornou objeto para ele é o mesmo daquilo que ele é em si; só por meio do objetivar-se deste ser em si o homem devém por si, se desdobra (...)” (Hegel, 1999, p.15).

Dos positivismos do fim do século XIX aos estruturalismos de meados do século XX, passando pelos funcionalismos, valeu o comprometimento com o conceito de objetividade. A despeito de suas plurais manifestações, era ainda a matriz Durkheimiana a regê-los, por meio da “(...) proposição segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como coisas (...)” (Durkheim, 1983, p.79). É verdade que as universidades e os saberes que elas produziram variaram no tempo e no espaço. Tal pluralidade, defendendo, deve ser considerada a partir de seus pontos centrípetos, mais do que seus pontos centrífugos. Isto está na base do que nos permite o uso legítimo de signos como “universidade” ou “academia” no singular, a despeito de possíveis críticas de que se trataria de uma leitura “essencialista”².

²Para uma reflexão substancial sobre a temática dos problemas da crítica pós-estrutural ao essencialismo e uma excelente contra-argumentação por parte de Gayatri Chakravorty Spivak, ver a entrevista *In a Word*, publicada em: Spivak, Gayatri Chakravorty. **Outside in the teaching machine**. London: Routledge, 2012. (Routledge Classics).

Há uma política por trás de tais práticas acadêmicas de objetificação – uma que envolve não apenas questões de visibilidades/invisibilidades, mas das diferentes formas por meios das quais o ato da enunciação viabiliza autonomias/heteronomias. Como bem lembra bell hooks, “Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz – e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros” (hooks, 2020, p.33). As maneiras por meio das quais escolhemos engajar nossos interlocutores de pesquisa anda de mãos dadas com a maneira por meio das quais eles são traduzidos em nossa escrita. Em uma interessante entrevista concedida a Kanishka Chowdhury, Jacques Rancière distingue entre lógica representativa e lógica estética nas formas políticas de articular visibilidades acerca das experiências vividas:

A lógica representativa é uma lógica precisamente na qual você vê pessoas agindo ou se comportando de certa maneira; e, normalmente, você vê pessoas que se comportam como pessoas más ou ignorantes, e você aprende com essa ignorância. Você aprende com a ignorância e torna-se consciente a partir dela. Frequentemente cito esta extraordinária declaração de Roland Barthes sobre a *Mãe Coragem* de Brecht. Barthes diz que, porque vemos que a Mãe Coragem é cega, nós nos tornamos lúcidos. Portanto, tornamo-nos conscientes ao olhar para alguém que não é consciente. Esta é a lógica representativa. Para mim, a lógica estética é inteiramente diferente, pois não se trata de ver algo, julgar algo e tirar alguma conclusão do que se viu para o que se deve fazer. Trata-se de fazer parte de um tipo de transformação material. A lógica estética, como no meu exemplo de Vertov, torna o espectador parte de uma outra maneira de estarem juntos, outra maneira de estar em um mesmo espaço, outra maneira pela qual todas as atividades, todos os modos de fazer, estão inter-relacionados. Esta é a oposição à lógica representativa, onde se supõe que você veja pessoas agindo de certa forma e se torne consciente porque elas não são conscientes, e lúcido porque elas são cegas. Este é o quadro global da diferença (Rancière; Chowdhury, 2019).

Quero me engajar com a argumentação de hooks e Rancière para propor que as práticas de pesquisa que nos encorajam a pensar e agir no mundo a partir da ideia de que ele possua “objetos” pertence a uma lógica representacional que perpetua hierarquizações e violências. A despeito de tentativas reformistas, é a divisão entre mente e objeto, em suas múltiplas encarnações, que tem estado na base das dinâmicas de aniquilação que trouxeram (e continuam trazendo) à vida as condições de possibilidade para que processos hegemônicos – masculinidades hegemônicas (Conell; Messerschmidt, 2013), patriarcados coloniais/colonialidades patriarcais (Cabnal, 2018) violências às dissidências de gênero e sexualidade (Deslandes, 2018), colonialidade do poder e do saber (Mignolo, 2008), capitaloceno (Moore, 2022), datificação da vida (Couldry; Mejias, 2019), etc. - sejam produzidos e reproduzidos a partir de formações discursivas que os naturalizam.

Não se trata de um argumento novo. Há uma longa tradição crítica que, desde os tempos de Marx e Freud, passando por tradições feministas, queer, anticoloniais/decoloniais e, mais recentemente, pelo pensamento ecológico e pelas chamadas alternativas ao desenvolvimento, têm tensionado a relação entre “sujeito” e “objeto” do saber de forma a questioná-la (algumas mais radicalmente, outra menos).

Aliando-me às tradições dos pensamentos antirracistas e dos feminismos negros, gostaria de levar seu potencial ao paroxismo. Argumento neste ensaio pelo abandono completo do conceito e das práticas evocadas pelo termo “objeto de pesquisa”. Estes são parte de uma longa tradição de conhecimento que, a julgar por Charles Mills, compõem a parte mais violenta das tradições de pensamento que constituíram a filosofia política contratual. Segundo o autor:

(...) o contrato racial, como veremos, também é epistemológico, prescrevendo normas de cognição às quais seus signatários devem aderir. Uma caracterização preliminar seria mais ou menos a que segue. O contrato racial é aquele conjunto de acordos ou meta-acordos formais ou informais (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites de validade dos contratos) entre os membros de um subconjunto de seres humanos, doravante designados por (mutáveis) critérios “raciais” (fenotípicos/genealógicos/culturais) C1, C2, C3..., como “branco” e coextensivos (levando em consideração a diferenciação de gênero), com a classe de pessoas plenas, para categorizar o subconjunto restante de seres humanos como “não brancos” e com um status moral diferente e inferior, subpessoas, de modo que tenham uma posição civil subordinada em regimes políticos brancos ou governados por brancos que os brancos já habitam ou estabelecem; ou em transações com esses regimes na condição de estrangeiros, com as regras morais e jurídicas que normalmente regulam o comportamento dos brancos em suas relações uns com os outros, não se aplicando de maneira alguma em relações com não brancos ou aplicando-se apenas de forma qualificada (dependendo em parte da mudança das circunstâncias históricas e de qual variedade particular de não brancos está envolvida); mas, de qualquer modo, o objetivo geral do contrato é sempre criar um privilégio diferencial dos brancos como grupo em relação aos não brancos como grupo, a exploração de seus corpos, terras e recursos e a negação de oportunidades socioeconômicas iguais para eles (Mills, 2023, p.37).

Neste sentido, é possível ver que o *homem da polis*, concebido por sua racionalidade e agência como *sujeito racional de direitos*, tem como contrapartida a concepção de objetos (de direito, de saber, etc.). O componente epistemológico a que alude Charles Mills denuncia não apenas o papel do conhecimento na política, mas da política no conhecimento. Agir como sujeito tem como contrapartida a imobilização de pessoas objetificadas (nas senzalas, nas prisões, nos aldeamentos jesuítos, nos navios que traficavam para a escravidão etc.); ao mesmo tempo, falar como sujeito tem como contrapartida o mutismo de

peças objetificadas, que não conseguem se fazer ouvidos nos quadros hegemônicos da representação (Spivak, 2010).

Se, em contextos hegemônicos, como nos lembra Gayatri Spivak, o subalterno não pode falar, é importante deixar claro que

(...) este silenciamento das vozes e gestos subalternos tem sido, em grande medida, o responsável pela construção de versões transparentes de fatos históricos ligados aos sujeitos geográfica, racial e sexualmente não hegemônicos. O que não significa que esses sujeitos não tenham, a seu modo, querido marcar, nas teias da história, sua diferença. O que ocorre parece ser, mais bem, aquilo que Spivak formulou: o subalterno não pode ser escutado ou lido. (...) Em lugar da pergunta sobre se pode ou não o subalterno falar, invoco outra: que ocorre quando um subalterno fala? Desse modo, procuro relocalizar uma crise que tem, por muito tempo, servido para despotencializar a nós, sujeitos fora das gramáticas da produção de saber. Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças. Assim é que, no limite mesmo da minha pergunta, insinua-se ainda outra: pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (Mombaça, 2015).

Seguindo tais questionamentos de Jota Mombaça, quero ensaiar algumas linhas de pensamento que nos ajudem a dar sentido às enunciações de populações subalternizadas em contextos de diálogo e encontro motivadas por produções universitárias de inspiração insurgente. Buscando sinalizar na direção de conhecimentos que tomem os “recortes de pesquisa” como procedimentos mínimos e *a posteriori*, que adquirem validade apenas a partir da relação orgânica entre pesquisador/pesquisa com os contextos em que ele visa se inserir, quero colocar em primeiro plano, como estratégias de produção de conhecimento, o insight, a relacionalidade, o corazonar, a amizade, o saber-prazer.

Tais reflexões tomam como base a práxis de pesquisa que levei a cabo durante o doutorado. Trabalhando num programa de pós-graduação interdisciplinar brasileiro, tive a oportunidade de aproveitar a valorização institucional plural das práticas interdisciplinares para acionar uma de suas vertentes mais radicais: a contra-disciplinariedade³. Contra-disciplinariedade, como a vivenciei em pesquisa, é a antítese do recorte que leva ao objeto: é a abertura, a possibilidade de se deixar atravessar pelo caos daquilo com que nos engajamos, mesmo quando ele ameaça destruir o pensamento ordenado no qual somos socializados academicamente.

Para parafrasear Jota Mombaça, não se trata de engajar as experiências, os corpos, as narrativas e tudo mais que engajo para, após aprendê-las, “(...) dizê-los e classificá-los. Trata-se, mais bem, de

³ Agradeço ao professor doutor João Henrique Ribeiro Roriz, membro de minha banca de doutorado, por ter sinalizado o caráter contra-disciplinar de meu trabalho – caracterização que subscrevo plenamente.

procurar reativá-los, abrindo-os aos devires improváveis de um corpo outro” (Mombaça, 2016, p. 17). No caso de meus aprendizados em pesquisa, busquei não apenas uma pesquisa capaz de viabilizar corpos outros, mas também narrativas e experiências outras, paridas na própria pesquisa, capaz de vislumbrar politicamente um outro mundo.

O que é transversalidade?

Passei a me dar conta da característica transversal de minha práxis de pesquisa durante o exame de qualificação de pesquisa realizado no terceiro ano do doutorado. No Brasil, antes de defendermos nossa tese, temos a primeira parte da mesma submetida à apreciação crítica de uma banca. Exatamente a partir do termo “transversalidade”, meu trabalho ganhou legibilidade como algo “não recortado”.

Certamente, muitas das questões apresentadas eram não apenas válidas, como ajudaram a pensar a pesquisa. O que me chamou atenção, contudo, foi a dificuldade de ganhar legibilidade, academicamente, senão quando *formatamos* nosso texto de forma a preencher os requisitos de modulação textual hegemônicos. Mesmo num momento processual como o exame de qualificação, estamos diante do imperativo de não ter excessivas perguntas de pesquisa, de constituir um quadro teórico considerado coerente, etc. Trata-se de um espaço de domesticação – da imaginação, da ousadia, do desejo, dos afetos – que atua como forma de socialização para a hegemonia cis-heteropatriarcal e racista do capital e da colonialidade.

Uma das frases que mais ouvimos nas universidades brasileiras, especialmente se somos mestrandos em começo de carreira, é a frase que se nos repetem em tom paternalista: “não queira reinventar a roda!”. Eu também a ouvi, mais de uma vez, e por meio dela me fiz mestrando: aprendi o “valor” do método rígido e bem aplicado, da constituição de um referencial teórico “coerente”, tudo isto aliado à tara suprema do academicismo: “recortar” um “objeto de pesquisa” coeso, proporcional e que, ao ser endereçado por uma pergunta de pesquisa, se deixe perscrutar em busca de uma resposta bem escrita e enunciada com clareza.

Pelos tortuosos caminhos do doutorado – feito em meio a todo tipo de caos –, fui engolido por uma enxurrada político-afetivo-ontoepistêmica que me obrigou a desaprender os caminhos coloniais que a tal roda nos obriga a seguir, sempre em linha reta. Em centralidade, estavam as forças galvanizadoras das contingências de uma pesquisa que, por parte do pesquisador e das interlocutoras de pesquisa, constitui-se por meio de vetorialidades plurais. Iniciou-se na pandemia, viabilizando-se por actantes humanos e não humanos (que por horas constroem pontes e em outras constroem abismos). Foi transversalizada por trocas na gestão federal, tendo sido fraturada por quase um ano e meio de zero financiamento e, a partir de certo ponto, passando para a situação do financiamento de baixo padrão que as agências de pesquisa brasileiras são capazes de oferecer. Costurou experiências temporais justapostas e distintas – aquela das ativistas que precisaram colher doações alimentícias na pandemia para alimentar seus territórios, que sofreram com o cerco territorial do estado enquanto tentavam manter-se

a salvo da COVID-19; aquela do adoecimento físico e psíquico dos pesquisadores que vêem governantes desmontar a infra-estrutura educacional do país; aquela da resiliência de ativistas que se insurgem, resistem, sorriem e, apesar das dores, dançam e desfilam no carnaval em nome de seus filhos.

Figura 01 - Ana Paula Oliveira desfila pela Portela no carnaval do Rio de Janeiro em 2024.



Fonte: Instagram do Movimento Mães de Manguinhos, fevereiro de 2024.

Era impossível, neste contexto, recuperar o conjunto de práticas levadas a cabo durante o mestrado. Não apenas eu havia me tornado outro pesquisador, em outras condições, mas também estava diante de outras interlocutoras de pesquisa. Este encontro, em toda sua provisoriidade, me direcionou em outros sentidos. Transversalizado pela luta antirracista e pelos saberes antipatriarcais das ativistas com as quais trabalhei, tais lutas deslocaram minha branquitude no sentido de formas críticas que eu ainda não havia sido capaz de experimentar anteriormente, ainda que as literaturas antirracistas e feministas não me fossem desconhecidas e que eu as apreciasse profundamente.

Mesmo que filiados a tradições crítica (ou, especialmente, quando o fazemos), nos colocamos sob escrutínio constante, explorando *nosso* discurso sobre os outros que constituímos, *nossos* compromissos institucionais, *nossas* limitações interpretativas. O que costuma permanecer nas sombras que nossas instituições e nossas práticas

produzem, contudo, é a incontornável presença de um saber subalternizado sobre a universidade e seus produtos. A partir do ativismo de minhas interlocutoras, tais saberes estiveram sempre ali, diante de meus olhos e ouvidos, todas as vezes que me dispus a ver e ouvir. Conforme registrei em notas de trabalho tomadas enquanto assistia a uma participação das integrantes do Movimento Mães de Manguinhos em aula aberta na UNIRIO, em 2022:

Nota 13. Falam sobre questões relativas à universidade. Deixam claro que não são objetos de conhecimento, mas produtoras de saber e que ninguém tem mais conhecimentos sobre as favelas que elas, que ali vivem. Afirmam que a universidade sempre as procura, faz suas entrevistas e depois vai embora, muitas vezes sem nunca mais voltar. “E o que fica pra gente?”. Marcam que a universidade também deve começar a se preocupar em oferecer algo para elas, que estão cansadas de serem apenas vistas como fontes de trabalho e que também querem lazer (Caderno de notas, 2022).

Voltava à centralidade a pergunta de Spivak: Pode o Subalterno Falar? Como a autora, ainda tão apressadamente lida, nos convida a pensar desde o começo, engajar-se com a fala subalternizada não é um processo de “concessão de voz”, mas, antes, um engajamento dialógico capaz de deslocar e reconstruir a própria relação entre os interlocutores.

Dei-me conta, cada vez mais – especialmente após o exame de qualificação –, de que precisaria não apenas me livrar das tradições de fabricação de “objetos de pesquisa”, mas declaradamente me opor a ele. Os pós-estruturalismos foram um passo inicial, neste sentido. Me apropriando de abordagens Foucaultianas para embasar a prática de pesquisa, percebi que os procedimentos de questionamentos são sempre regionais⁴ e constituem-se a partir daquilo/daqueles *com o que/com quem* construímos questões e respostas. Em outras palavras, se, como afirma Vera Portocarrero enquanto comenta Foucault, “(...) um enunciado se produz ao mesmo tempo que o objeto que o qualifica (...)” (Portocarrero, 2009, p.67), o ferramental desenvolvido pelo autor para destrinchar tais operações requerem “(...) a leveza de um estilo de investigação que, mesmo rigorosa, se abre para suas próprias fronteiras na esperança de ultrapassar a si mesma e de conseguir ver nas regiões de indecidibilidade que até então estavam na penumbra” (Veiga-Neto, 2009, p.89). Aí estava um primeiro deslocamento que me interessou.

Abraçar a provisoriidade e regionalidade das práticas de engajamento e diálogo, contudo, precisava levar em conta a delicadeza da situação de um encontro fabricado entre dinâmicas de equalização e

⁴ Ver: Foucault, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012; Portocarrero, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, 259 p. ISBN 978-85-7541-410-1. <https://doi.org/10.7476/9788575414101>; Veiga-Neto, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.

diferenciação tão específicas. Minha branquitude, em toda sua característica sistêmica, precisava de hipervigilância, para que não levasse adiante processos de epistemicídio, que se revelam “(...) uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão – [d]as pessoas negras [que] são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente” (Carneiro, 2023, p. 35).

Nas iterações deste encontro, através das conversas (oficiais e não oficiais), das risadas, dos momentos de indignação e dor aprendidas e compartilhadas, a possibilidade do epistemicídio, tanto quanto o rechaço às suas práticas, revelaram-se uma luta constante. Tal qual a branquitude e o racismo são elementos estruturais (Bento, 2022), a universidade é uma das instituições que ancoram e viabilizam tais estruturas, seja em seus textos com exigências de “escrita científica”, seja em suas práticas de objetificação, seja em suas muitas formas de deslegitimar saberes não acadêmicos. Me descobri, na luta constante contra os racismos que se podiam fazer vivos, *numa luta constante contra as práticas que a universidade me demandava*. Estas, em suas versões hegemônicas, nos instam ao epistemicídio desde as dinâmicas mais microfísicas. É a partir da microfísica, em direção à macrofísica do poder, que nossos compromissos antirracistas e antipatriarcais têm a possibilidade de surtir algum efeito.

A despeito das práticas hegemônicas ensinadas na/demandadas pelas universidades, o desafio era construir pontes. Como criar diálogos, ao invés da extração? Como legitimar afetos na selva da objetividade? Era preciso fluir com o tempo acelerado, com os espaços desconstruídos. Era preciso honrar o trabalho de interlocutoras que, de resto, não se faziam caber nos moldes hegemônicos da universidade. Tal qual Jota Mombaça, cujo trabalho me ajudou a pensar caminhos, “Não pude tomar seu trabalho como um “objeto de pesquisa” estável, nos moldes do paradigma científico dominante (...)” (Mombaça, 2016, p. 19), visto que as ações de minhas interlocutoras continuavam “(...) multiplicando seus rastros sem jamais deixar-se capturar por meus esquemas de pesquisa”⁵. Foi preciso tatear a região que me demandava procedimentos adequados para sua compreensão, e isso implicou

(...) ter de lidar com uma multiplicidade de fragmentos (...) e deles saber tirar proveito. [Assim,] (...) tive então de procurar constituir uma estratégia metodológica gerativa, processual, com o maior número possível de variáveis abertas. Nesse sentido, é possível caracterizar este estudo a que me propus nos termos de um *work in process*: via de criação arriscada, na qual o produto é inteiramente dependente das vicissitudes do processo e da alternância dos criadores (Mombaça, 2016, p.17).

Neste *work in process*, fruto da transversalidade das experiências de minhas interlocutoras, tanto quanto de nosso encontro, foi preciso me acostumar às guinadas. Pular entre dezenas de perguntas de pesquisa que, retroalimentando-se, poderiam legitimamente constituir, cada uma, uma pesquisa; saber valorizar as zonas de indefinição, a partir, por exemplo, de significantes que flutuavam de acordo com o contexto em que

⁵Idem.

eram mobilizados, de tal maneira que seu “(...) enigma encontra[va]-se menos em si mesmo do que nos seus usos discursivos (...)” (Bhabha, 2011, p. 56), escapando à lógica epistêmica restritiva dos conceitos; valorizar o lugar transversal para o qual tais saberes apontavam, já que “as experiências de mulheres negras servem como uma localização social a partir da qual se pode examinar a conexão entre múltiplas epistemologias” (Collins, 2019, p.52).

Aprender com a dinamicidade desta transversalidade requer o abandono radical da concepção de apartamento entre quem pesquisa e com quem se pesquisa, bem como a noção menos evidente do apartamento entre a pesquisa e o ativismo. Logo ficou claro, no contexto de uma pesquisa comprometida e insurgente, que abraçar o potencial profundo da interlocução é, também, ser abraçado por ele. Dito de outra forma, nossa pesquisa passa a ser parte de uma aliança com os ativismos com os quais fazemos pesquisa. Refletindo sobre este processo, afirmei alhures que:

O que acho interessante notar aqui é que não apenas as universidades brasileiras e a aliança hegemônica da qual fazem parte têm uma forma específica de lidar com os grupos que estudam, *mas que esses grupos também estabelecem discursos por meio dos quais qualificam as universidades e suas práticas*. Em diversas oportunidades, somos treinados para pensar em epistemologia, ontologia e metodologia como aspectos centrais a serem considerados durante a pesquisa. Aquilo para que geralmente não estamos preparados, mesmo quando treinados dentro de tradições críticas, é para entender que superar a abordagem *sujeito-objeto* em relação aos nossos interlocutores implica lidar com eles como parte de um encontro, dentro do qual eles assumirão a agência, independentemente de nossas intenções.

Essa agência se manifesta de diversas formas: demandas diretas, curiosidades acerca da pesquisa, pedidos de ajuda, etc. Em tudo isto, o encontro é produtivo enquanto deslocamento dos processos de identificação anteriores a ele. Se saí da pesquisa, ainda, como um homem gay branco (pois masculinidades subalternas, tanto quanto branquitudes, continuam sendo regimes) e minhas interlocutoras permaneceram, pelas mesmas razões, sendo mães-mulheres negras de favelas, um olhar microfísico requer dimensionar que o encontro não é um movimento estático, mas, antes, gera o que Mikhail Bakhtin explorou como as características gerativas do diálogo, quando afirma que

A compreensão não repete nem dubla o falante, ela cria sua própria concepção, seu próprio conteúdo; cada falante e cada compreendedor¹ permanece em seu próprio mundo; a palavra faculta apenas o direcionamento, o vértice do cone. Por outro lado, falante e compreendedor jamais permanecem cada um em seu próprio mundo; ao contrário, encontram-se num novo, num terceiro mundo, no mundo dos contatos; dirigem-se um ao outro, entram em ativas relações dialógicas. A compreensão sempre é prenhe de resposta. Na palavra do falante há sempre um elemento de apelo ao ouvinte, uma diretriz voltada para a sua resposta. Isto se manifesta com maior clareza no discurso

dialógico. A relação entre as réplicas do diálogo difere da relação entre duas orações de um contexto monológico ou entre dois enunciados centrados no mesmo tema e não relacionados dialogicamente (Bakhtin, 2016, p.113)

Explorando tal passagem no contexto aqui trabalhado, isto quer dizer que a situação do diálogo é prenhe de uma ambivalência. Pelas características estruturais que nos formam como agentes epistêmicos, estamos parcialmente isolados e imobilizados nas instituições que nos fabricam e em compromisso com as quais somos forçados a enunciar. Por outro lado, habitando o terceiro mundo do encontro, onde já não temos condições de nos agarrar a identidades fixas, o diálogo fabrica algo novo entre os falantes, que os desloca e os reinventa.

Certamente, “tal relacionamento, é claro, não foi construído como uma escolha individual (minha ou dela), mas foi o produto de uma construção através do diálogo. Dependia do nosso compromisso mútuo”. A mutualidade a que aludi na citação anterior, importante destacar, não possui uma essência antirracista, antipatriarcal ou pós/decolonial. É preciso que sejam encaminhadas neste sentido. Esta foi, exatamente, minha experiência na pesquisa, onde pude contar com a generosidade de interlocutoras que se abriram a mim enquanto eu me abria a elas, me ensinando o compromisso antirracista e antipatriarcal de formas plurais.

Sobre a impossibilidade de uma tradução monográfica não violenta

Quero argumentar, nesta seção final, pela impossibilidade de um trabalho *radicalmente* descolonizante dentro dos muros da academia. Fazer pesquisa de *viés decolonial* requer ir além destes muros. Requer ir até favelas, quilombos, comunidades indígenas, espaços de sociabilidade de dissidências eróticas/de gênero, etc. Requer acionar uma processualidade e um arcabouço de práticas construídas a partir do diálogo. A este processo de desobjetificação daqueles com quem conversamos, aludi na seção anterior.

A presença espectral da universidade não nos abandona em nenhum momento, mesmo quando estamos fisicamente distante dela. Ainda que fluindo com nossas interlocutoras, somos lembrados da necessidade de constituir algo que seja legível como “metodologia”, uma “(...) lógica (...) que categoriza e separa” (HLAGABANE, 2018, p. 512). Mesmo quando tudo em suas experiências aponta para transversalidades que se constituem e se desfazem, se reinventam, somos obrigado a constituir suas experiências num *texto* que entrecruze tais feixos numa espécie de tecido recortado. Quando toda a avalanche de eventos, afetos, políticas e saberes vêm em nossa direção, somos obrigados a ficcionalizar uma ínfima parte de todos estes acontecimentos de forma a preencher os requisitos da ficção monográfica universitária.

Se este é um processo tradutório, ele não pode ser enquadrado como um processo tradutório intercultural. Tal processo, segundo Santos, aponta para

(...) a inteligibilidade recíproca sem dissolver a identidade, ajudando assim a identificar complementaridades e contradições, plataformas comuns e

perspectivas alternativas. Tais clarificações são importantes para fundamentar de forma sólida as decisões sobre alianças entre grupos sociais e articulações de lutas, bem como para definir iniciativas concretas tanto no que se refere às suas possibilidades como aos seus limites. Na medida em que permite a articulação de diferentes movimentos sociais e de diferentes lutas, a tradução intercultural contribui para transformar a diversidade epistemológica e cultural do mundo num fator favorável e capacitador, promovendo a articulação entre lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. (...) O trabalho da tradução intercultural tem uma dimensão de curiosidade, de abertura a outras experiências, mas é uma curiosidade que não nasce por curiosidade diletante, nasce por necessidade. Na grande maioria dos casos o trabalho de tradução intercultural é desempenhado em grupo, anônima e informalmente em interações dominadas pela oralidade (Santos, 2018, p. 74).

O processo tradutório requerido pela universidade é de outra natureza: trata-se daquele que requer um ajuste aos requisitos do texto acadêmico, que possui sujeito do conhecimento, metodologias, epistemologias, ontologias. Precisa ser escrito linearmente, em termos de introdução, desenvolvimento, conclusão. Em tudo,

Isso enclausura o pensar, com gestos em direção ao pensamento que equivalem a dominar as regras do jogo e, assim, ser cúmplice dos preconceitos que tal conhecimento defende. (...) Portanto, a pesquisa como um corpo de técnicas conceituadas com base no Iluminismo trata de poder, da ignorância deliberada de outras formas de ser-no-mundo que não se prestam a medidas empíricas, e trata, em última análise, de reconciliar a culpa e a cumplicidade do colonizador (...) (Hlagabane, 2018, p. 534).

Traduzir para o texto acadêmico as experiências que puderam, em certa medida, relaxar o cabresto universitário, requer pensar o próprio ato da tradução, em suas vertentes hegemônicas. Antes disto, contudo, requer “sujar” a imagem deste texto como representação e denunciá-lo como figuração.

A política da representação requer a cisão entre uma realidade “lá fora” – seja ela concebida como espelhável no texto ou apenas parcialmente apreensível, graças à subjetividade do pesquisador – e o texto que a endereça. A figuração, ao contrário, é um ato político e instaurativo que toma a palavra em seu poder mobilizador. Conforme Donna Haraway, “Uma figuração reúne as pessoas; uma figuração incorpora significados compartilhados em histórias que habitam seu público” (Haraway, 2004, p.53).

Defendo que, se tomamos o texto acadêmico, em seus regramentos, personagens e linearidades, como este conjunto narrativo que passa a habitar seu público leitor, ele precisa ser denunciado em sua ficcionalidade. Borrando as categorizações modernas que procuraram estabelecer uma divisão estrita entre ficção e fato (LIMA, 2006), o texto acadêmico passa a ser concebido como uma ficção violenta – uma cuja violência é possível exatamente por estar indexado pelo valor de

verdade que carrega. Subscrevemos Gayatri Spivak, neste sentido, quando afirma que:

Para mim, a literatura e os arquivos parecem cúmplices, no sentido de que ambos são um cruzamento de condensações, um tráfego de símbolos telescópicos, que podem facilmente ser lidos como a repetição-com-deslocamento um do outro. A autoridade do autor é ali correspondida pelo controle do arconte, o guardião oficial da verdade. (Spivak, 1999, p.132).

Se a ligação do arquivo ao texto científico é evidente – eles se retroalimentam, afinal –, ainda é possível defender estratégias subversivas para a escrita acadêmica. Durante muito tempo me debati com as incoerências desta situação. Como propor uma pesquisa de viés *decolonial* sem que, ao fim e a cabo, todo o esforço fosse administrado pelos instrumentos hegemônicos universitários? Pela divisão entre metodologia, epistemologia e ontologia, somos sempre remetidos, *via texto*, à objetificação do que foi desenvolvido como pesquisa. Pela linearidade do texto, somos obrigados a violentar experiências que não cabem na diacronia vulgar. Mesmo quando insistimos no diálogo, somos remetidos ao solipsismo.

Se não é possível opor-se radicalmente à monografia, defendendo que é possível cavar brechas por meio das quais “sujá-la”. Insistir em minha condição de autor interpelado por projetos de mundo *cuir* foi uma estratégia. Foi necessário escrever um prefácio para a tese (algo pouco comum), para marcar uma atitude de desafio, deixando claro que minha trajetória na universidade e as sucessivas restrições a muito do que eu escrevia

(...) testemunhava sobre as constrictões de um gênero textual-discursivo: *a escrita científica*. Logo me tornei consciente não apenas de sua pobreza e de suas limitações (seja nas versões monográficas mais tradicionais, seja naquelas “reinventadas” pelos modismos acadêmicos). A saída foi encontrada ao modo *cuir* que tanto me interroga: fluindo pelas frestas burocráticas de meu programa de pós-graduação – um programa interdisciplinar, sem exigências de cientificidade, que é capaz de abarcar, por exemplo, trabalhos da matriz filosófica – optei por desenvolver um engajamento com o mundo que rejeite a tradição científica das humanidades/ciências sociais.

Marcar-me na escrita como alguém que rejeitava tradições científicas foi feito através da invocação da Análise de Discurso em suas tradições menos científicas – aquelas das Análises Críticas do Discurso – que buscam afirmar-se como *campo de estudos e interferência no mundo*. Certamente isso não foi suficiente para dizer que eu não estava fazendo algo “verdadeiro” – tamanho heresia, num mundo em que a prática-conceito de objetividade ainda é uma das balizas ideológicas fundamentais para sustentar o funcionamento do capital, é incogitável. Sem a “verdade” do conhecimento, não produz-se tecnologias ou políticas públicas. Sem estas, a universidade perde sua razão de ser, já que, no mundo contemporâneo, no Norte ou no Sul Global, “Devemos analisar a Universidade como um sistema burocrático, (...) a Universidade não deve

mais ser pensada como uma ferramenta que a esquerda será capaz de usar para outros fins que não os do Estado capitalista” (Readings, 2018, p.690).

Minha postura *cuir* – forma de habitar o solipsismo da escrita de forma minimamente insolente – esteve sempre consciente disto. Foi possível elencar estratégias de resistência: povoar a tese de fotografias positivas do Movimento, evitando congelar minhas interlocutoras no lugar de vítimas; trazer seus “gritos de guerra” sempre que possível, colocando em destaque sua insurgência epistêmica; marcar o nome e as histórias de seus filhos na tese, de forma a reverberar sua luta para que a memória de seus entes queridos fosse proliferada e não se perdesse.

A despeito dos esforços, as constrições da universidade são institucionais e estruturais. Meus esforços, por si só encampados no campo microfísico, não foram capazes de gerar efeitos mais amplos apenas pelo produto de uma tese. No jogo desigual da tradução, muito se perde pela intradutibilidade da situação violenta (leia-se: racista e epistemicida) em que a mesma é feita. Como lembra Homi Bhabha, ao comentar a performatividade da tradução como encenação da diferença cultural, há:

(...) modos de significação discursivos e culturais [que] estão em conflito uns com os outros, lutando para excluir um ao outro. A complementaridade da linguagem como comunicação deve ser compreendida como algo que emerge de um estado constante de contestação e fluxo causado pelos sistemas diferenciais de significação social e cultural. Esse processo de complementaridade como suplemento agonístico é a semente do “intraduzível” – o elemento estrangeiro em meio à performance da tradução cultural. E é esta semente que se transforma na famosa, rebuscada analogia do ensaio de Benjamin: ao contrário do original, em que fruta e casca formam uma certa unidade, no ato da tradução o conteúdo ou assunto é tornado desconectado, subjugado e alienado pela forma da significação, como um manto real de amplas dobras (Bhabha, 2012, p. 343).

Na alienação e subjugação impostas pela forma da *escrita acadêmica*, pouco pode ser feito. É preciso parar de querer aplausos em bancas acadêmicas. É preciso encarar como elogio aquilo que nos censura como desvio. Como esquecer as críticas de Sara Ahmed, quando trazidas para o campo universitário, de que “A exigência de usar algo adequadamente é uma exigência de reverenciar o que foi dado pelo colonizador” (Ahmed, 2023, p.214)? É preciso hackear os sistemas do capitalismo colonial e racial para subvertê-lo. É preciso ter em mente que as “recomendações para a publicação” e “nomeações para premiação” são a forma mais laudatório de azeitar a máquina colonial do saber.

Tudo isto está em jogo na política e na performatividade da escrita acadêmica. Se “O Império como presente vem com instruções de uso. O sistema funciona travando aqueles que tentam transformar o sistema. Isto significa que, para transformar um sistema, temos de parar o sistema” (Ahmed, 2023, p. 215). Tenho escolhido, ultimamente, parar o sistema ao abandonar os centros hegemônicos do sistema acadêmico como

meu foco na produção de conhecimento. Precisamos reaprender a validar o conhecimento das ruas, dos movimentos ou do cotidiano como nosso centro gravitacional. Só assim poderemos provincializar o conhecimento acadêmico e, enfim, colocá-lo em seu devido lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nós que não podemos reinventar a roda, resta posta a conclusão acerca da impossibilidade – ao menos nos moldes contemporâneos da universidade brasileira – de descolonizar os saberes. Talvez a aposta que nos reste seja, de fato, aquela de que já falava Gayatri Spivak, no âmbito do pós-colonialismo, quando reclamava a pluralidade das próprias instabilidades pós-coloniais como possíveis *lócus* para outras estratégias de leitura e escuta capazes de trabalhar, desde dentro, as aporias do cânone:

Espero que esteja claro que a questão de que apenas os membros da tribo indiana podem falar como membros da tribo indiana para membros dessa mesma tribo tenta provavelmente tornar invisível a mecânica da produção da enunciação. Nesse sentido, por exemplo, o posicionamento de Gayatri Spivak sobre o tribal indiano pode ser, no melhor dos casos, uma situação catártica. Em vez disso, prestem atenção ao seguinte ponto: minha situação contratual como uma pós-colonial me permite ver reivindicações pela subjetividade das histórias alternativas acontecendo de um modo que não é muito analisado. Uma pedagogia literária, com uma seleção cuidadosa de textos, pode ao menos preparar outro espaço que torne visíveis as lacunas dos slogans do Iluminismo europeu – nacionalismo, internacionalismo, secularismo, culturalismo, baluartes do nativismo – sem participar em sua destruição. Isso, em sentido estrito, é pedagogia des(cons)trutiva. Como todo bom ensino em ciências humanas, é esperançoso e ilimitado. Pressupõe e espera um futuro de solidariedade completa e portanto cuida do "presente". No mais estrito senso, então, (para)lógico, morfogenético, fazendo surgir novas maneiras de leitura e escritura, é um ensino em seu sentido mais profundo, sem inovação teleológica terminal. Seu "presente" é um campo de codificação de valor no sentido de "valor" que é logicamente (mas não necessariamente de modo cronológico) prioritário em relação ao econômico; neste caso, o político, o econômico e o afetivo estão profundamente interligados. Refazer a história é uma persistente crítica, sem glamour nenhum, eliminando oposições binárias e continuidades que sempre emergem no suposto relato do real. A política cultural da repetição está sendo encenada com o gestual da política da ruptura estratégica, necessária, tendo em vista a independência política que é o requisito mínimo para a "descolonização" (Spivak, 2019, pp. 267-268).

Tal política de rupturas estratégicas rumo ao que é possível descolonizar foi a estratégia adotada, na tentativa de evitar que transversalidades complexas fossem completamente retalhadas, *via monografia acadêmica*, para conversão em objetos de pesquisa.

Na primeira seção, este ensaio buscou interpelar radicalmente o conceito de "objeto de pesquisa", apontando-o como um ferramental das escritas e metodologias científicas distantes da neutralidade pretendida. Desvelando-o como prática central para a manutenção do maquinário da colonialidade e do capital, busquei estabelecer-lhe uma genealogia capaz de evidenciar como, ao longo da modernidade, recortar e apartar uma porção do mundo de quem o pesquisa serve como estratégia de imobilização e silenciamento de sujeitos subalternizados.

Na segunda seção, partindo de minhas experiências durante a pesquisa de doutoramento, procurei explorar as vicissitudes de um encontro produzido a partir de compromissos antirracistas, antipatriarcais e pós/decoloniais. Colocando ênfase sobre a busca (tanto do pesquisador quanto das interlocutoras de pesquisa) de práticas alternativas à objetificação em pesquisa, procurei colocar em evidência o potencial de inovação e insurgência que emergem quando abraçamos a transversalidade, de forma a reconhecer que investigações são prenhes de contingências políticas e encontros que forçam as identidades e as posições de poder estabelecidas.

Na terceira seção, evidencio que, nas contingências universitárias contemporâneas, um projeto descolonizante se mostra inviável, especialmente à medida que o gênero relatorial e monográfico é eleito como lócus de veiculação privilegiada do conhecimento, forçando o pesquisador a escrever linearmente e escamotear o caos e a complexidade dos encontros. A ficção monográfica exige que transversalidades vivas sejam reduzidas a um tecido recortado e linear, sendo forçadas por um processo tradutório que necessita alienar experiências pulsantes em formatos institucionais.

Considero ser necessário encarar com ceticismo os mecanismos laudatórios da academia. Processos avançados de descolonização do saber se mostrarão exequíveis quando, ao invés de procurarem "descolonizar a universidade", reconheçam sua indocilidade e capacidade de cooptação. É preciso habitar universidades, dialogar com seus saberes de maneira desconstrutiva, cientes de que qualquer processo radical deverá, por sua própria implosividade, caminhar em sentidos centrífugos. Para recuperar, uma última vez, Jota Mombaça:

Toda a beleza e todo respiro que existem vieram a ser apesar do Brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda brutalidade, que estas palavras fogem. Elas fogem para a beleza, mesmo que para isso tenham de passar por campos em chamas (Mombaça, 2021, p.17).

Este trabalho é escrito assim: em rota de fuga, rumo a alguma beleza possível. No caminho – e o ensaio é, também, um convite para os que apostam em seus insights –, passamos pelo caminho acidentado e incendiado das instituições (incluída, aí, a academia). Que atravessemos o fogo rumo à beleza e ao respiro intelectual de futuros vivíveis.

REFERÊNCIAS

- AHMED, S. Queer Use. In: DASGUPTA, D.; DONICA, J. L. V.; WEISS, M. (ed.). **Queer Then and Now: The David R. Kessler Lectures 2002-2020**. New York: CLAGS: Center for LGBTQ Studies, 2023.
- BACON, Francis. **Novum Organum; Nova Atlântida**. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: _____ (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 9-26.
- BHABHA, Homi K. **O entrelugar das culturas**. In: COUTINHO, E. F. (org.). **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: MOURA, Jara; PRAÇA, Marina (org.). **Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: PACS, 2018. p. 23-27.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 79-105.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DESLANDES, Keila (coord.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____ (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 35-54.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HARAWAY, Donna J. **The Haraway reader**. New York: Routledge, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HLABANGANE, Nokutula. Can a methodology subvert the logics of its principal? **Perspectives on Science**, v. 26, n. 6, 2018.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2020.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Luis Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** Natal: Edição da autora, 2015.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Concinnitas**, v. 17, n. 28, 2016.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

- RANCIÈRE, Jacques. Disruptions: An interview. **Lateral**, v. 8, n. 1, 2019.
- READINGS, Bill. The idea of excellence. In: PETERS, M. A.; BARNETT, R. (ed.). **The Idea of the University**. New York: Peter Lang, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critique of Postcolonial Reason**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Outside in the teaching machine**. London: Routledge, 2012.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem clama alteridade? In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SPURR, David. **The Rhetoric of Empire**. Durham: Duke University Press, 1993.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, 2009.
- VITÓRIA, Francisco de. **Relecciones sobre os índios e sobre o poder civil**. Brasília: UnB; FUNAG, 2016.
- VOLPATO, Gilson Luiz. **Guia prático para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa e pela bolsa de doutorado sanduíche concedidas para a pesquisa de doutoramento da qual resulta este trabalho.

Contato do autor:

autor: Luciano Rodrigues Castro
e-mail: ro.luciano88@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 17/06/2026.